



Memórias em fluxo:

Vivências e perspectivas da imigração sob o olhar de descendentes coreanos em Brasília

*Bárbara Barreto de Carvalho**

* Graduada em Ciências Sociais (Habilitação em Licenciatura e Bacharel), pela Universidade de Brasília (UnB).

Resumo: O presente estudo busca resgatar a memória imigrante presente nos discursos e vivências dos descendentes coreanos em Brasília e seus impactos na concepção do que se pode entender como comunidade coreana, para além da noção de territorialidade. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com descendentes, apreciação dos discursos e imersão nos estudos teóricos sobre imigração e constituição dos sujeitos imigrantes.

Palavras-chave: Descendentes coreanos; comunidade coreana; Brasília; imigração coreana.

Introdução

A partir do resgate memorial das vivências e perspectivas da imigração entre os descendentes coreanos, este estudo objetiva compreender como se constituiu a comunidade coreana em Brasília e como seus membros a interpretam e vivenciam.

Considerando que as lacunas e hiatos ainda são elementos presentes quando falamos de registros institucionais e memoriais sobre o movimento migratório coreano no Brasil e suas nuances, se estabelece aqui um esforço de tradução dessas subjetividades no círculo de discussões sobre migração no Brasil, e que no estudo em caso, terão Brasília como principal recorte.

Os dados do Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia¹ apontam que o Brasil abriga legalmente cerca de 50.000 pessoas de origem coreana, que residem em grande parte nos estados de São Paulo, Ceará, Amazonas, Paraná e Distrito Federal. Em contrapartida os dados disponibilizados pela Polícia Federal brasileira em dezembro de 2017, com base no registro do SINCRE – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros evidenciam uma discrepância desse registro, onde 37.096 coreanos de origem do sul e do norte residem no país. Entretanto, é consenso em ambas as bases de dados, que o estado de São Paulo se destaca como a porta de entrada destes coreanos, e onde se concentra também a maior comunidade coreana do Brasil. Sendo o Bom Retiro - recentemente intitulado como Little Seul (Pequena Seul – capital da Coreia do Sul) - o principal bairro de sua localização, seguido do Brás, Aclimação e Higienópolis.

Essa presença em crescente evidência é fruto dos fluxos migratórios motivados pelas mais diversas razões, desde políticas laborais, mas que se tornaram efetivas a partir dos vínculos

diplomáticos estabelecidos entre Brasil e Coreia desde 1959, marco este recente, considerando os primeiros acordos firmados no período de imigração oficial, que foram e tem sido responsáveis por ampliar as atuações de ambos os países, apesar de combinarem distintos traços de segmento político, econômico, social e cultural.

Em Brasília, os dados disponibilizados pela Embaixada da República da Coreia no Brasil, mostram que hoje a comunidade coreana está reunida em cerca de 60 famílias, e, apesar de representar um contingente relativamente tímido em comparação a outras capitais, busca-se, através desse recorte de estudo, levantar questões a respeito da memória imigrante, da formação identitária dos coreanos residentes em Brasília, de sua organização e constituição enquanto comunidade étnica e de seus diálogos culturais e representativos, que vem refletindo também no meio institucional, através da criação de órgãos, associações, comércios e cursos.

Assim, compreendida num universo de grupos étnicos no espaço brasiliense, a comunidade coreana, permite-nos adentrar em importantes discussões a respeito de sua constituição, que está definida para além da noção de territorialidade, tendo em vista

¹ Dados disponíveis em:
<http://www.mofa.go.kr/travel/overseascitizen/index.jsp?mofat=001&menu=m_10_40>

suas particularidades em relação às demais comunidades coreanas distribuídas pelo Brasil que tem concentrado imigrantes e descendentes em bairros étnicos como Bom Retiro e Cumbuco, bem como no constante processo de constituição e manutenção da identidade cultural que se dá a partir das vivências e trocas partilhadas pelos indivíduos, que estão não só em contato com as memórias e redes de transmissão de uma bagagem de tradições de mais de cinco mil anos, como também em contato com novas relações interculturais, que permitem uma complexificação de subjetividades.

Esse processo, que em diferentes momentos tem a si atribuídas determinadas especificidades considerando as gerações dos imigrantes, suas sociabilidades e os contextos ao qual estão inseridos, aponta para a importância compreensiva dos fluxos migratórios, não mais como fenômenos rígidos, mas de múltiplo caráter, que serão permeados por uma série de mediações identitárias e políticas, como nos permitirá entender Seyferth (2010) através das discussões sobre memória e identidade imigrante e as noções de comunidade étnica, e Hall (2009) ao se debruçar sobre o processo de identificação associativa, onde a cultura de origem reflete na constituição dos indivíduos das

gerações seguintes de imigrantes. O papel do imigrante como agente reflexivo de mobilização e transformação no espaço abordado por Feldman-Bianco (2009), também aparecerá aqui como ferramenta para compreensão desse recente fluxo migratório de coreanos e por isso, também será lançado mão das contribuições de Yang (2011), Choi (1991) e Kim (2008 e 2013) para pensar a imigração em seu contexto mais particular no Brasil, onde à luz das entrevistas realizadas pela autora deste artigo com descendentes coreanos residentes em Brasília, será possível constituir uma compreensão da própria comunidade a partir da memória imigrante.

Reconstituindo a imigração coreana no Brasil

Antes de adentrarmos ao processo de estabelecimento dos coreanos no país, julgo importante para a reconstrução desse movimento, trazer para discussão as particularidades do que se compreende como as fases da imigração coreana no Brasil. Três delas ganham destaque aqui a partir dos respectivos períodos ao qual se deram, ou seja, 1950, 1960 e 1970.

Os primeiros registros presentes nas literaturas e estudos sobre imigração coreana no Brasil, apontam um grupo de

imigrantes pré-guerra de origem coreana com passaporte japonês, como os primeiros a se estabelecerem no país em meados de 1923 e 1926. Cerca de trinta anos depois, por intermédio da ONU sob o contexto pós-guerra da Coreia, o Brasil recebeu 50 prisioneiros coreanos. Esses dois grupos, se tornaram mais a frente importantes no que se refere a criação de uma rede de solidariedade e cooperação no processo de instalação no Brasil.

Feldman-Bianco (2009, 2010, p.12 e p.18) nos mostra que tais “redes de parentesco e comunidade” convergem em relações de ajuda mútua e mobilização étnica bem como o estabelecimento e manutenção das “relações bilaterais entre os estados nacionais” serão também fundamentais para negociar a situação migratória. Vide o contexto entre Brasil e Coreia, onde só a partir de 1959, quando ambos países estabelecem relações diplomáticas, que os diálogos, marcados por idas e vindas passam a convergir num projeto estruturado sobre a imigração coreana, permitindo assim, que em 1961 fosse criada uma associação de imigração coreana e em 1962, ano tido como da imigração semi-oficial, viabilizada a vinda de uma delegação cultural para o país, a fim de mapear as condições de vida e negociar em que termos se daria a imigração.

O cenário nacional da época em questão era marcado pelo projeto de colonização agrícola, e, foi sob os termos de demanda apresentados por ele, que se deu a negociação da imigração coreana. Assim, a imigração que acontece em 1960 é principalmente uma Migração Agrícola. Os coreanos que se destinam ao Brasil neste período pertencem a uma classe média e média alta e vêm em busca de melhores condições econômicas, dispostos a trabalhar nas lavouras a despeito de não terem qualquer experiência com este mundo do trabalho. Outra parcela vem ainda de modo estratégico a fim de não ser recrutada para a guerra do Vietnã.

Em 12 de fevereiro de 1963 ocorre a Imigração Oficial com a chegada de 103 imigrantes coreanos ao porto de Santos, em São Paulo, e os anos seguintes, não diferentemente acabaram sendo marcados pela chegada de cada vez mais imigrantes em estados como Espírito Santo e Paraná. Essas famílias que desembarcavam no país dispendo de alguma quantia de dinheiro para investir na atividade agropecuária, logo se viram frustradas no setor, já que em maioria, as terras negociadas e cedidas por parte do governo brasileiro, eram inférteis. Assim, se fixam em grandes cidades como São Paulo a fim de encontrar outras

oportunidades de trabalho, principalmente ligadas ao comércio e as confecções.

Jung, uma de minhas interlocutoras, remonta a trajetória de dois fluxos migratórios vividos por seus familiares neste cenário. Tanto seus avós, como seus pais, migraram para o Brasil, a despeito dos contextos e períodos que marcaram seus movimentos terem se dado de modo diferente. Seus avós por parte de mãe tiveram certa participação já ao final da Guerra das Coreias e o primeiro contato com o Brasil foi por intermédio de uma missão evangelística. Tendo se surpreendido com o país, decidiram imigrar junto com toda a família e se estabelecer aqui, depois de alguns anos reemigraram para os Estados Unidos, sendo que alguns permaneceram no Brasil e outros voltaram para a Coreia. Sua mãe foi uma das que permaneceu no país se fixando primeiramente em São Paulo. Já os avós paternos, vieram motivados por intermédio das chamadas de recrutamento de mão de obra no Brasil que haviam sido feitas na Coreia. Seu pai, entretanto, só veio após ter se formado e servido no exército coreano, incentivado pelos pais e irmãos que já haviam se estabelecido aqui.

Um fator interessante que surge na fala de Jung está relacionado ao papel da religião neste processo, coadunando com Kim (2013) ao reconhecer o espaço da religião no estabelecimento do movimento migratório coreano no Brasil, para além de motivações como o refúgio de guerra. As redes intermediadas pelas vias religiosas na figura das igrejas, articulavam desde recursos como alimentação, provimento de abrigos a encaminhamentos para oportunidades de trabalho, reforçando ainda intercâmbios simbólicos no que se refere a solidificação das relações sociais e a criação de espaços sociais em que a língua de origem pudesse ser livremente falada. Não obstante, parte dos coreanos que vieram nos navios, já haviam recebido missionários na Coreia e tinham um conhecimento cristão, resultando posteriormente numa expressiva comunidade coreana cristã em São Paulo, tendo Brasília se inserido também nesse contexto:

“Da parte da minha mãe, meu avô veio como missionário [...], já tinha alguns coreanos que tinham vindo aqui para Brasília, então eles vieram para cá com o intuito de fundar igreja, tanto que tem aquela igreja coreana lá na 913 sul, foi meu avô juntamente com outros missionários que fundou [...] para atingir a comunidade coreana que tinha aqui em Brasília.” [JUNG, 2016].

Os avós que após fundarem a igreja retornaram para São Paulo, constantemente visitavam Brasília para acompanhar a comunidade que aqui havia se fixado. Já seus pais que se conheceram e casaram em São Paulo por intermédio da apresentação de famílias coreanas, tiveram Jung e sua irmã e só então em 1995 é que vieram morar em Brasília, motivados pela proposta do irmão paterno - que já residia na cidade - em criar um restaurante coreano.

Um parêntese importante a ser feito quanto ao estabelecimento de coreanos em Brasília, é que não há dados oficiais registrados da vinda dos primeiros imigrantes, apenas a menção através de relatos coletados e registrados por Choi (1991) em sua dissertação, sobre a “Fazenda Exemplar” criada em 1969, sob administração de Sang Jin Kim e que até 2008 permanecia ativa, conforme afirma Kim (2008, pag.55). Em 1991, os dados apresentados ainda por Choi, mostravam que 35 famílias, ou seja, 150 imigrantes coreanos já residiam em Brasília. Hoje, o contingente de famílias quase duplicou, possuindo cerca de 60 famílias, dentre imigrantes e descendentes.

Com o término da imigração oficial, deu-se início em 1970 a uma fase de imigração técnica. A expansão da indústria

brasileira e a demanda por mão-de-obra qualificada atraiu imigrantes de diversas nacionalidades, inclusive de origem coreana. Entretanto, como assinala Yang (2011), a imigração que outrora caminhava pelas vias legais e era de caráter coletivo, passou a ganhar contornos clandestinos e de caráter individual com a vinda em 1966 de imigrantes coreanos com visto boliviano de turismo, desencadeando assim, uma série de conflitos e por consequência, a proibição da entrada do grupo no país. O efeito replicou sobre os imigrantes que dispunham de mão-de-obra qualificada e se destinavam ao Brasil, passando a ter sua entrada restringida. É apenas alguns anos depois, com a anistia concedida pelo governo brasileiro, que imigrantes que se encontravam em situação clandestina, passaram a ser reconhecidos legalmente pelo estado.

De 1980 aos anos 2000, o Brasil continuou a receber imigrantes coreanos. Era a chamada “imigração em cadeia”, motivada pelas redes de oportunidade ou ainda pelo espelho na figura dos familiares e amigos que haviam imigrado e incentivado a vinda de outros. Deixando este, portanto, de ser um fluxo realizado por grandes grupos, para dar vez as jornadas de imigração individualizadas. Augusto Kwon Myung Ho afirma em

entrevista cedida para o livro “Brasil e Coreia: 50 anos de amizade” (2013), que a clássica imigração foi superada, dando espaço a uma imigração “em busca de oportunidades com conhecimento e informação”.²

Descendentes em vivência

“Eu sei que tem famílias que desde criança, fazem questão de educar os filhos na língua nativa deles né, coreano, mas pelo menos na minha família, a grande geração de filhos que nasceram aqui no Brasil, fora da Coreia, nossos pais se preocuparam mais em fazer a gente se adaptar aqui, para não sofrer nas vivências como eles sofreram, pra se adaptar, aprender a língua, essas coisas.” [JUNG, 2016].

Se por um lado é conferido ao imigrante a responsabilidade pela manutenção da “honra nacional” e da cultura de origem quando migra, como nos mostra Sayad (1998), por outro, espera-se que ele incorpore uma capacidade adaptativa à nova realidade. O ser imigrante, portanto, se centra entre esses e outros conflitos, num campo de negociação. No caso de Jung, os pais imigrantes tomaram como primordial o incentivo ao aprendizado da língua portuguesa entre eles e os filhos, a fim de que os desafios perpassados no processo de socialização fossem

amenizados, o que não representa que a prática do idioma de origem não fosse incentivada. Jung relata que em casa, apesar do diálogo cotidiano se dar em português, muitas coisas eram discutidas em coreano a fim de não perder o contato com a língua nativa de seus pais. Assim, observa-se como o idioma de origem é tido não só como uma estratégia para preservar a identidade do grupo (Im et al, 2009), como também pode se converter em um estigma dentro da comunidade entre aqueles ao longo das gerações que não se apropriam.

O caso das irmãs Woo nos permite entender algumas dessas características. Filhas e netas de imigrantes coreanos tiveram sua vinda para Brasília motivada por razões acadêmicas. Os pais imigrantes se separaram antes de chegar ao Brasil, e este foi um fator de impacto na socialização das filhas. Naturais de São Paulo, seus primeiros anos de vida foram marcados pelas vivências com a família paterna e a comunidade coreana lá situada. A escola e a igreja estimulavam o contato cotidiano com a língua coreana e os costumes partilhados pela comunidade. A virada apontada por elas se dá no processo de mudança para Anápolis, onde passam a viver com a mãe e a avô e “os desafios para se adequar socialmente frente os contrastes geográficos e

² A entrevista completa se encontra disponível na publicação Brasil e Coreia: 50 anos de amizade, página 72.

relacionais se tornaram presentes”. Como única família coreana na cidade, e sem a presença de qualquer instituição ou espaço informal de partilha de suas referências culturais, se familiarizar com o novo cenário foi um processo complexo.

A não fluência no idioma de seus ancestrais, a exemplo, fez com que sua família criasse um estigma em relação a elas. Um de seus relatos menciona que os familiares e amigos maternos da comunidade coreana na Califórnia, onde mora hoje sua mãe, responsabilizavam-na por não ter ensinado e incentivado o aprendizado do idioma entre as filhas, e por isso, uma das motivações de visitar a Coreia e passar a fazer aulas na UnB Idiomas, partiram como uma forma de responder a essa cobrança social presente na comunidade para com elas. Seyferth (2010) nos mostra que a manutenção de elementos e símbolos culturais se traduzem enquanto um pano de fundo que compõe as identidades étnicas, a própria comunidade e a relação entre seus membros.

As concepções de tradição, portanto, vão ganhando múltiplas compreensividades a partir das vivências experienciadas por cada imigrante e descendente. Da reafirmação de uma identidade de origem como sentido de pertença à identidade como status, que se estrutura num modelo de

concepção familiar, de apreensão da linguagem e de manutenção de uma vida social. Esse movimento foi concebido por Hall (2009) enquanto uma “tradução cultural”, que coloca em diálogo as tradições com as formas de novo mundo, dado que as “fontes de identificação” já não se dão em um único lugar e de um único modo. No caso dos coreanos, Hong (2011, p. 25) observa que os imigrantes constroem uma “coreanidade” que não necessariamente representa a “Coreia”, mas é carregada de traços culturais e identitários partilhados junto a elementos culturais brasileiros e que, portanto vão os constituir enquanto coreano-brasileiros.

Os espaços de sociabilidade da comunidade se colocam como fontes vivas desse processo, onde não só as famílias se reúnem e partilham memórias, como novos membros se achegam criando vínculos a partir de redes que se constituem entre os imigrantes e descendentes. Jung destaca o fato de muitos descendentes estarem se casando com brasileiros, e assim, os espaços relacionais da comunidade se ressignificarem através dessas dinâmicas. Por outro lado, aponta como esses vínculos são fruto não só de uma comunidade que se disseminou e “perdeu a

identidade” por estar focada em viver aqui, como também um retrato da própria imigração:

“Eu sei que tem alguns coreanos casados com brasileiras que o que eles têm dessa memória? Chamar os pais em coreano, **omma** e **appa**, tem algumas comidas coreanas que eles comiam na infância, mas é só isso também. E não que isso seja uma coisa negativa, é uma consequência da imigração. Você imigra para um país pra continuar a mesma coisa que você vivia lá? Não. [...] Com certeza meus hábitos vão mudar em alguma coisa, tudo muda, e isso é uma consequência da imigração.” [JUNG, 2016]

Em Brasília, as particularidades da imigração coreana, refletidas através do modo como a comunidade se organizou social, institucional e geograficamente, convergem para o discurso de Jung. Se em São Paulo pode-se falar de uma presença massiva de coreanos, bairros étnicos como o Bom Retiro, espaços de socialização e disposição de uma diversidade de instituições representativas, que vão desde a organização política e cultural, mantendo ativa a relação e a vivência cotidiana entre os pares, em Brasília, esses fatores se dão em outras dinâmicas.

“Aqui tem pouco coreano, então não tem essa convivência coreana, e também não são todos coreanos que moram aqui em Brasília que são cristãos, então já não tem aquele encontro total na igreja, tem uns que são ateus, outros que são budistas, tem uns que são católicos, e também não moram perto. Os

coreanos daqui não moram perto um do outro, então a gente tem mais relação com os brasileiros e as brasileiras. Então se você for comparar com a comunidade lá de São Paulo, você vê que os coreanos só andam com coreanos, lá o estranho é você ver por incrível que pareça, um coreano andando com brasileiro, existe claro, mas é muito estranho, ou então, tá num grupo assim de coreanos e de repente tem um brasileiro no meio, isso não é estranho, mas é um pouco diferente, porque é mais fácil você ver um grupo de coreanos entre coreanos do que ver alguém assim. Hoje em dia eu já vejo bastante, mas assim, no caso daqui, tá perdendo um pouco a identidade dessa cultura coreana entre os coreanos de Brasília”. [JUNG, 2016]

Comunidades em contraste

Conforme adentrava o campo a fim de compreender e dialogar com as memórias dos filhos de imigrantes coreanos residentes em Brasília, percebia a presença de São Paulo, como uma variável importante no circuito de história da comunidade. Destarte, reconstituir este percurso desde os processos fundantes da estruturação de ambas as cidades como receptoras de imigrantes e aqui em evidência a comunidade coreana, para então identificar suas distintas dinâmicas, modos de se organizar e seus impactos, parecem fundamentais.

De acordo com Feldman (2013, p. 2 apud Chi, 2016, p.29), o Bairro do Bom Retiro se configurou para além de São Paulo com uma dinâmica bastante particular, que está associada muito mais à “sucessão de enclaves étnicos” do que à diversidade étnica e o contingente populacional que tem a si atribuído. Nesse sentido, parte da razão de sua constituição enquanto um bairro em distinção estaria expresso na sua localização, que marcou o trajeto de imigrantes que aportavam em Santos e perpassavam a região, como também pelo acionamento da malha ferroviária como fonte de transporte que cruzava o bairro do Bom Retiro, o tornando num primeiro momento em uma zona de trânsito, e depois, numa zona de permanência, apesar deste não ter sido um espaço de formação das primeiras memórias imigrantes coreanas. De italianos, portugueses, sírios, turcos até judeus, estes últimos tendo marcado a transição do reconhecimento do bairro de operário à comercial, e que posteriormente passou a ter participação intensa dos coreanos, chegando a ser responsáveis, na década de 1990, por 40% do faturamento no setor comercial e atacadista de São Paulo, conforme aponta Freitas (2008). Tais dinâmicas moldadas por intermédio das comunidades étnicas, permitiram que não só a economia do bairro ganhasse fluxo próprio e tivesse suas fronteiras alargadas a partir das

transformações espaciais, como também espaços de convivência e socialização se consolidassem.

Por outro lado, quando nos debruçamos sobre o cenário brasileiro, em primeira instância é importante apontar para a carência de pesquisas e base de dados relativos à migração estrangeira e o mapeamento das comunidades étnicas aqui instaladas, reverberando por consequência na escassez de registros da comunidade coreana. Todavia, entre relatos, dados coletados e estudos anteriormente publicados sobre a Imigração Coreana no Brasil, é possível estimar que entre 1969 e 1971, já se evidenciava a presença de uma população de imigrantes coreanos e instituições formais e informais como a Fazenda Exemplar e a Igreja Holiness Coreana em Brasília. As motivações, entretanto, são difusas, por vezes relacionadas à possibilidade de mobilidade social e econômica. De todo modo, diferentemente de como a comunidade de imigrantes coreanos se fixou no Bairro do Bom Retiro e desenvolveu relações sociais, culturais, políticas e econômicas sob um modelo de territorialização étnica, em Brasília, não é possível falar de um modelo de economia étnica, nem mesmo de um enclave entre os coreanos, que se alocaram

com suas famílias em diferentes cidades e se inseriram em distintas dinâmicas de trabalho.

Nesse sentido, observamos o papel que uma herança cultural e comercial étnica no bairro do Bom Retiro obteve no processo de estabelecimento da comunidade coreana em sua diversidade, enquanto enclave. Ciente de que ainda muitas outras razões são responsáveis pelo modo como a comunidade se estabeleceu em cada região, a possível ausência de um contexto sucedido de interposições culturais imigrantes, podem apontar para uma das razões ao qual em Brasília, os desdobramentos do estabelecimento da comunidade coreana, tenham se dado de modo tão particular e diverso.

Considerações Finais

Ao lançar um olhar sobre a imigração coreana no Brasil a partir das perspectivas dos descendentes, foi possível compreender não só como esses fluxos se deram, mas como eles impactaram direta e indiretamente as sociabilidades e a forma com se colocam no mundo. Quando então contextualizadas em Brasília, tais dinâmicas se mostram em constante via de questionamento, através desses agentes que em partilha com suas

coreanidades, construíram ao longo da história suas próprias trajetórias.

Se para os imigrantes os desafios se centravam no estabelecimento no país, entre os descendentes, está o reconhecimento de sua identidade e o despertar de novos papéis que podem vir a desempenhar enquanto “intermediadores culturais”, a fim de desenvolver novas redes de diálogo entre ambas as culturas (Feldman-Bianco, 2009), pautadas a partir das realidades locais ao qual estão inseridos, já que vimos que este não é um processo homogêneo nem se dá única e exclusivamente de uma forma. Em tempo, é importante considerar que a despeito das particularidades de cada comunidade coreana, as redes que são articuladas de uma para a outra, permanecem em atividade desde o período inicial da imigração até o presente, mesmo que de modo difuso, tendo em vista que se para os mais velhos estes espaços permitem um reavivar da sua identidade e história, entre os membros das gerações seguintes, há o questionamento do lugar ocupado nessa comunidade e em que medida a “tradição” e a “herança cultural” de seu povo serão transmitidas.

Referências Bibliográficas

CHI, Jung Yun. O Bom Retiro dos Coreanos. Descrição de um enclave étnico. 2016.245f. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CHOI, Keum Joa. Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil. 1991.244f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

COREIA DO SUL. Ministério das Relações Exteriores. *Statistics on overseas koreans*. 2013. Disponível em:

<http://www.mofa.go.kr/travel/overseascitizen/index.jsp?mofat=001&menu=m_10_40>

FELDMAN-BIANCO, Bela. 2009. Reinventando a Localidade: Globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horizontes Antropológicos*, 15(31): 321-330.

_____. 2010. “O Brasil como país de emigração: mobilizações e políticas” In Ferreira, Ademir et. Al (Orgs.). *A experiência migrante. Entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 293-304.

FREITAS, Patrícia. Imigração e empreendimentos econômicos – o circuito de confecção e comercialização de roupas em torno de imigrantes coreanos e bolivianos na cidade de São Paulo. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt25-15/2541-patriciafreitas-imigracao/file>>.

HALL, Stuart. 2009. “Da Diáspora. Identidades e mediações culturais,” Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 25-48.

HONG, Mirian Lee. Exploring literary negotiations of culture and identity from the journal, *Cultura Tropical* (열대 문화) and how Korean Brazilians construct a hybrid cultural identity. 2011. 80 f. Tese (Doutorado- Filosofia em Língua e Literatura Latino-americana). University of California, Berkeley, 2011.

IM, Yun Jung. et al. The Second Generation of Koreans in Brazil:

A Portrait. 2009. Disponível em: <
<http://international.ucla.edu/korea/article/112638>>

KIM, Yoo Na. A Jovem Coreia: um almanaque sobre uma das imigrações mais recentes do Brasil. São Paulo: SSUA Editora, 2008.

_____. Brasil e Coreia: 50 anos de amizade: em comemoração ao aniversário da imigração coreana no Brasil. São Paulo: Editora Dawon, 2013.

SEYFERTH, Giralda. 2010. “Comemoração, identidade e memória da imigração”. In Ferreira, Ademir et. Al (Orgs.). A experiência migrante. Entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 103-122.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo. Edusp, 1998.

SINCRE - Polícia Federal. Imigrantes coreanos permanentes no Brasil, Brasília, p.1, dez. 2017.

YANG, Eun Min. A “Geração 1.5” dos imigrantes coreanos em São Paulo: identidade, alteridade e educação. 2011. 506 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.